



Questão 01 -----

Os conselheiros tutelares deverão elaborar relatórios das medidas protetivas e dos serviços requisitados, no que tange aos dados quantitativos e a descrição do tipo de atendimento, preservando o sigilo pertinente aos casos, mensalmente, a ser apresentados e entregues:

- I) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- II) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- III) Ministério Público e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- IV) Ministério Público

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I e IV
- c) I e III
- d) IV
- e) II e IV

Questão 02 -----

A vacância da função do Conselheiro Tutelar decorrerá EXCETO:

- a) Destituição;
- b) Renúncia;
- c) Férias do titular;
- d) Emprego ou função pública e ou privada;
- e) Falecimento.

Questão 03 -----

Cabe a quem convocar o Conselheiro Suplente para a substituição do Conselheiro Titular?

- a) A Secretária Executiva dos Conselhos e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b) A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- c) A Secretária Executiva dos Conselhos;
- d) A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Questão 04 -----

O presidente do Conselho Tutelar deverá comunicar com despacho fundamentado e sob sua responsabilidade, a necessidade de convocação do Conselheiro suplente:

- a) A Secretária Executiva dos Conselhos;
- b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- e) A Secretária Executiva dos Conselhos e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Questão 05 -----

São deveres do conselheiro tutelar EXCETO:

- a) Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
- b) Atender às convocações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Proceder de forma desidiosa;
- d) Atender às convocações do Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
- e) Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Questão 06 -----

Ao conselheiro tutelar é proibido EXCETO:

- a) Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
- b) Recusar fé a documento público;
- c) Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- d) Exercer qualquer outra atividade pública ou privada;
- e) Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar, durante expediente, salvo por necessidade do serviço.

Questão 07 -----

As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno:



- a) As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de setenta e duas horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- b) As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de trinta e seis horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- c) As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de vinte e quatro horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- d) As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de cinco dias, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- e) As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho.

Questão 08 -----

São penalidades disciplinares aplicáveis ao conselheiro tutelar, em razão da natureza e gravidade da infração cometida e dos danos que dele provierem para a sociedade ou serviço público:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - perda do mandato.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

Questão 09 -----

Sofrerá cassação do mandato o conselheiro que, EXCETO:

- a) Proceder de forma desidiosa;



- b) Reincidir em falta punida com advertência;
- c) Proceder de forma incompatível com o decoro do mandato conforme estabelecido nesta lei;
- d) Delegar a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
- f) Mudar-se de domicílio para fora da circunscrição municipal.

Questão 10 -----

Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar e suplente serão exigidos os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a dezoito anos;
- III - Residir em Minas Gerais;
- IV - Ter concluído o ensino médio;

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) IV
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, e IV
- e) I, II, III e IV

Questão 11 -----

A suspensão poderá variar de 01 (um) a 10 (dez) dias e será aplicada quando o conselheiro tutelar:

- I - Reincidir em falta punida com advertência;
- II - Ausentar-se injustificadamente por três dias consecutivos ou a cinco alternados, num período de trinta dias;
- III - Descumprir a escala de plantões, sem justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, no período de um ano.

Está correto o que se afirma APENAS em:



- a) III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I e III
- e) I, II e III

Questão 12 -----

A advertência será sempre por escrito, nos casos de violação de proibição por:

- I - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar, durante expediente, salvo por necessidade do serviço;
- II - Recusar fé a documento público;
- III - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV - Aplicar medida de proteção com a prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em caso de urgência e emergência.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II, III
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) I e III
- e) II, III e IV

Questão 13 -----

Nos termos do art.131 do ECA, o Conselho Tutelar é órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Marque a opção CORRETA sobre o Conselho Tutelar:

- I. O Conselho Tutelar tem como atribuição representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- II. Os Conselhos Tutelares são órgãos federais com a finalidade de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes.
- III. O conselheiro possui autonomia absoluta em relação aos órgãos judiciais.



IV. São atribuições dos Conselhos Tutelares a requisição de certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes quando necessário.

- a) Apenas I, e IV estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.
- e) Apenas I, II e III estão corretas.

Questão 14 -----

É EXCEÇÃO aos requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- a) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;
- b) Verificação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando também a composição familiar e estabilidade financeira;
- c) Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;
- d) Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;
- e) Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

Questão 15 -----

A Justiça da Infância e da Juventude é competente para, EXCETO:

- a) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
- b) Conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;
- c) Em casos de ato infracional, julgar a ação ou omissão, observadas as regras de conexão, incontinência e prevenção.
- d) Conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;



- e) Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

Questão 16 -----

O ECA, para a efetivação da proteção e do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes:

- a) Baseia-se nos seguintes princípios: absoluta prioridade, poder familiar, direitos fundamentais da pessoa humana, melhor interesse, família substituta e proteção integral.
- b) Objetiva a prevenção das violações e ameaças aos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como base a aplicação de medidas socioeducativas.
- c) Tem previsões transversais que abrangem normas de natureza civil e administrativa; entretanto, não comporta disposições normativas penais, nem trabalhistas.
- d) Adota o princípio da proteção integral e o do melhor interesse, decorrendo, em caso de violação pela família natural, prioritariamente, a colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- e) Tem por finalidade a missão constitucional de proteger integralmente as crianças e os adolescentes como pessoas humanas em sua dignidade, desde o nascimento à completude da maioridade civil e penal.

Questão 17 -----

O Ministério Público e o Juizado da Infância e da Juventude têm, respectivamente, competência para:

- a) Conhecer pedidos de adoção e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos, relativos à infância e à adolescência.
- b) Conceder remissão ao adolescente praticante de ato infracional e aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
- c) Aplicar medidas socioeducativas e aplicar medidas de proteção às crianças e aos adolescentes.
- d) Dar parecer em procedimentos judiciais de guarda ou adoção e dirigir processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.



- e) Autorizar, mediante alvará, a entrada de criança desacompanhada dos pais ou responsável em estádio de futebol e teatro e representar para apuração de ato infracional atribuído a adolescente.

Questão 18 -----

Roberta, mãe de Lucas, que possui um ano de idade, encontra-se presa, condenada por crime de roubo praticado em concurso com dois menores. Nessa situação, segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990:

- a) A condenação de Roberta, advinda de sentença penal com trânsito em julgado, à pena de quatro anos de reclusão, enseja, obrigatoriamente, a suspensão do poder familiar da condenada sobre Lucas.
- b) Caso Lucas esteja em fase de amamentação, a prisão de sua genitora é ilegal.
- c) Roberta só poderá ver seu filho após o cumprimento da pena.
- d) Lucas tem direito a ser amamentado por Roberta, impondo a lei que os estabelecimentos penais destinados às mulheres sejam dotados de berçários onde as condenadas possam amamentar seus filhos.
- e) Se Roberta for condenada ao cumprimento de pena, em regime semiaberto, terá o direito de cumprir a pena em sua residência até o término da amamentação.

Questão 19 -----

Tício, condenado à pena de reclusão de 25 anos em regime fechado, é pai de Caio, que possui 3 anos de idade. Nessa situação, conforme dispõe o ECA:

- a) Será garantida a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja prévia autorização judicial.
- b) Será garantida a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese e acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
- c) Será garantida a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo Conselho Tutelar da localidade ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja prévia autorização judicial.



- d) Não será garantida a Caio a convivência com seu genitor, em virtude da condenação criminal imposta ao mesmo.
- e) Será garantida a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pela equipe de apoio à Vara da Infância e da Juventude da localidade do presídio onde Tício se encontra recluso.

Questão 20 -----

Carlos, com 19 anos de idade, e Cláudia, com 35 anos de idade, convivem em união estável, pretendendo, ambos, adotar a pequena Maria, com 2 anos de idade. Maria é filha biológica de Roberta, irmã de Cláudia, sendo desconhecido o pai biológico de Maria. A genitora da infante, por sua vez, foi destituída do seu poder familiar, motivo pelo qual a guarda da menor foi conferida ao casal Carlos e Cláudia. Um mês após ingressar com a ação de adoção Carlos faleceu, vítima de um infarto fulminante, sendo que não havia o casal providenciado sua inscrição junto ao cadastro de adoção.

Nessa situação, de acordo ao que dispõe o ECA:

- a) A ausência de inscrição no cadastro, nesse caso, não impede o deferimento da adoção ao casal.
- b) Cláudia encontra-se impedida de adotar, em virtude do parentesco com a menor.
- c) A adoção será deferida somente à Cláudia, por conta da ausência do requisito da diferença mínima de idade exigida pela lei entre Carlos e Maria.
- d) A adoção depende da autorização da mãe biológica da menor.
- e) Carlos não poderia adotar, por ter menos de 21 anos de idade.

Questão 21 -----

Com relação às medidas de proteção e às medidas pertinentes aos pais ou responsável, indique a alternativa CORRETA:

- a) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deve elaborar um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar do menor, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário exarada pelo Conselho Tutelar da localidade, caso em que está prevista a colocação da criança ou adolescente em família substituta.



- b) Excepcionalmente, quando for constatada ausência de condição financeira dos pais, pode a autoridade judiciária decretar a suspensão do poder familiar dos mesmos, até que a família seja incluída em programa social do governo.
- c) Não sendo possível a reintegração da criança ou do adolescente à sua família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório à Defensoria Pública, no intuito de que seja ajuizada a competente ação de destituição do poder familiar, ou destituição da tutela ou guarda.
- d) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deve elaborar um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar do menor, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário exarada pela autoridade judiciária competente, caso em que está prevista a colocação da criança ou adolescente em família substituta.
- e) Na hipótese de dependência química grave dos pais ou responsáveis, deve a autoridade judiciária, buscando evitar violação a direito fundamental do menor, determinar a internação compulsória do pai ou responsável em clínica especializada para tratamento de dependentes químicos.

Questão 22 -----

São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros, EXCETO:

- a) Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- b) Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- c) Omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- d) Apresentar denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para descomplexificar ou coadjuvar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- e) Mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor com familiares deste ou com avós.



Questão 23 -----

Com relação à medida socioeducativa de internação, prevista no ECA, analise os itens a seguir:

- I - Quando da apuração de ato infracional praticado por adolescente, não há exigência de defesa técnica realizada por advogado ou defensor público.
- II - É possível a aplicação de internação provisória pelo prazo máximo de 55 dias.
- III - A liberação compulsória aos 21 anos de idade.
- IV - A internação não comporta prazo determinado e deve ser reavaliada a cada seis meses.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III
- b) III
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I e IV

Questão 24 -----

Na hipótese de procedimento para perda ou suspensão do poder familiar, se o genitor do adolescente encontrar-se privado de sua liberdade, segundo dispõe o ECA:

- a) Não será ouvido pela autoridade judiciária.
- b) Dispensa-se a realização do procedimento.
- c) Será ouvido se houver pedido do Ministério Público neste sentido.
- d) Será ouvido se houver solicitação do mesmo nesse sentido.
- e) A autoridade judiciária requisitará a sua apresentação para colher a sua oitiva.

Questão 25 -----

De acordo com o previsto no ECA, a remissão, como forma de extinção do procedimento:

- a) Poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento.
- b) Poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.
- c) Só poderá ser aplicada pelo Ministério Público.
- d) Não se aplica aos menores com mais de 16 anos.
- e) Somente pode ser aplicada se houver a reparação do dano causado pelo ato infracional.



Questão 26 -----

Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I. declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II. ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III. estipular multa ao alienador;
- IV. determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V. determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI. determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII. declarar a suspensão da autoridade parental.

Estão corretas as seguintes sentenças:

- a) I, IV e VII
- b) I, III, V e VII
- c) II, III, V e VI
- d) II, IV e V
- e) Todas estão corretas.

Questão 27 -----

Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

É INCORRETO afirmar a seguinte alternativa:

- a) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- b) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;



- d) Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- e) Advertência e reclusão após o tratamento especializado.

Questão 28 -----

Do direito à vida e à saúde; os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- I. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de quinze anos;
- II. Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;
- III. Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;
- IV. Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato, quando isso for uma solicitação do Conselho Tutelar;
- V. Acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017)

São obrigações incorretas ou incoerentes:

- a) I, III e V
- b) II, III e V
- c) II, IV
- d) I e III
- e) I e IV

Questão 29 -----

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, em um determinado período de tempo, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)



Em que período devem ocorrer as reavaliações da situação de crianças e adolescentes em acolhimento?

- a) 3 meses
- b) 4 meses
- c) 6 meses
- d) 8 meses
- e) 12 meses

Questão 30 -----

Segundo o Art. 28. do ECA, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

Tratando-se de maior de _____ de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

- a) 10 anos
- b) 12 anos
- c) 14 anos
- d) 16 anos
- e) 18 anos

Questão 31 -----

Segundo o parágrafo sexto, do artigo 28 do ECA, em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório, EXCETO: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009):

- b) Que sejam consideradas e respeitadas suas identidades social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal;
- c) Que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;
- d) A intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional que irá acompanhar o caso.



- e) A intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe multidisciplinar que irá acompanhar o caso.
- f) Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.

Questão 32 -----

Diante do Art. 42 podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil:

Segue complementando o parágrafo segundo, com a seguinte afirmação:

- a) Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- b) Para adoção conjunta, é importante que os adotantes sejam casados civilmente e mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- c) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- d) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade financeira da família.
- e) Para adoção conjunta, é importante que os adotantes sejam casados civilmente e mantenham união estável, comprovada a estabilidade financeira da família.

Questão 33 -----

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional:

- a) A conduta descrita como crime, em que a pena não seja superior a 04 anos;
- b) A conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 02 anos;
- c) A conduta descrita como contravenção penal, em que a pena não seja superior a 01 ano;
- d) A conduta descrita como crime ou contravenção penal;
- e) A conduta descrita apenas como crime, já que contravenção penal praticada por menor de idade não se trataria de um ato infracional.



Questão 34 -----

Sobre o direito a profissionalização, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz;
- b) A formação técnico-profissional do adolescente deve garantir acesso e frequência obrigatória ao ensino regular atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades;
- c) Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem;
- d) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas, mas não previdenciários;
- e) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Questão 35 -----

De acordo com o que dispõe expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar corretamente sobre a Justiça da Infância e Juventude:

- a) É competente para, em alguns casos, suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;
- b) Deve contar com equipe interprofissional de assessoramento cujos componentes têm assegurada livre manifestação do ponto de vista técnico, não estando subordinados imediatamente à autoridade judiciária;
- c) Deve contar com um corpo executivo, denominado Comissariado da Infância e Juventude, cuja função, entre outras, é apoiar o cumprimento das decisões judiciais;
- d) É regida, em seus atos e procedimentos, pelo princípio da informalidade;
- e) Deve contar com varas especializadas criadas obrigatoriamente pelos Estados e pelo Distrito Federal nas comarcas de grande porte.

Questão 36 -----

As entidades de atendimento governamentais e não governamentais que executam programas de proteção e socioeducativas serão fiscalizadas:

- a) Somente pelo Conselho Tutelar;



- b) Pelo Judiciário e Ministério Público;
- c) Pela Prefeitura e Conselho Tutelar;
- d) Pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar;
- e) Pelo Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Questão 37 -----

A um adolescente infrator foi estabelecida, como medida socioeducativa, a prestação de serviços comunitários. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa medida socioeducativa:

- a) Consiste na realização de tarefas por um período não excedente a três meses;
- b) Não deve prejudicar a frequência à escola ou a jornada normal de trabalho;
- c) Pode ser remunerada, desde que haja acordo entre a entidade favorecida e a autoridade judicial;
- d) Deve ser cumprida durante jornada máxima diária de quatro horas;
- e) Está restrita a ser cumprida aos sábados, domingos e feriados.

Questão 38 -----

Conforme disposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são exemplos de medidas de prevenção especial à ameaça ou violação aos direitos da criança e do adolescente:

- a) O acolhimento institucional e a requisição de tratamento médico;
- b) A regulação das diversões e espetáculos públicos e a autorização para viajar;
- c) A inclusão em programa de acolhimento familiar e a colocação em família substituta;
- d) A proibição de entrada de criança e adolescente em estabelecimento que explore bilhar e a inclusão em programa oficial de tratamento a toxicômanos;
- e) A proibição de vendas de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e o acolhimento familiar.

Questão 39 -----

O ECA prevê a figura do Conselho Tutelar – dispendo sobre a sua criação, organização, atribuições e outras regras sobre funcionamento e os seus membros. Aponte a alternativa correta:

- a) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, de caráter privado, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de três anos, permitida uma recondução, mediante decreto do chefe do Poder Executivo Municipal;



- b) Os Membros do Conselho Tutelar receberão remuneração prevista em lei, sendo-lhes ainda assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal, licenças maternidade e paternidade, gratificação natalina;
- c) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral da comarca, e a fiscalização obrigatória do Ministério Público e do chefe do Poder Executivo;
- d) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, salvo brindes de pequeno valor;
- e) O exercício efetivo da função de conselheiro constitui-se em serviço público relevante, embora não estabeleça presunção de idoneidade moral, mas assegura prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Questão 40 -----

Sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados, a autoridade competente poderá aplicar medidas de proteção, segundo o artigo 101 do ECA. A alternativa que apresenta três dessas medidas de proteção aplicáveis é:

- a) Inclusão em programa de acolhimento familiar / obrigação de reparar o dano / orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- b) Prestação de serviços à comunidade / internação em estabelecimento educacional / encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- c) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente / colocação em família substituta / liberdade assistida;
- d) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico / inserção em regime de semiliberdade / orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- e) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico / inclusão em programa de acolhimento familiar / matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.